



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 184072-8 – Comarca de Amaraji ✓
Agravante: Município de Amaraji
Agravada: Maria das Graças de Melo

1470

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO. INEXISTÊNCIA DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO AFASTADA UNANIMEMENTE. RECURSO PROVIDO SEM DISCREPÂNCIA DE VOTOS. 1. Preliminar de prescrição do próprio fundo de direito rejeitada por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, onde o prazo prescricional se renova mês a mês, razão pela qual devem ser consideradas prescritas apenas as parcelas não compreendidas no quinquênio anterior à propositura da ação, conforme dispõem as Súmulas nº 85 do STJ e 443 do STF. 2. O instituto da estabilidade financeira estende-se unicamente aos servidores públicos efetivos, isto é, aos ocupantes de cargos de provimento através de concurso público, não sendo possível sua concessão aos possuidores de cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração. 3. A análise do Registro de Empregados acostado às fls. 140v/141 dos autos termina por corroborar a tese de que a impetrante, ora agravada, não faz jus ao restabelecimento da gratificação de estabilidade financeira relativa ao exercício de cargo comissionado de Chefe de Gabinete no período de 1983 até 1989, porquanto consta em tal documento que o seu ingresso no quadro de pessoal efetivo da edilidade se deu apenas em 30 de julho de 1986, o que significa que a recorrida almeja computar o tempo em que ainda não era servidora efetiva para fins de percepção da vantagem. 4. Ademais, é de se destacar que não ficou devidamente comprovada na ação mandamental originária a situação que configura lesão ao direito líquido e certo invocado, uma vez que, além de não constarem nos autos as cópias da Lei Municipal que disciplina a estabilidade financeira e do alegado ato irregular que determinou a supressão da



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

gratificação, a impetrante pretende provar que exerceu o cargo de Chefe de Gabinete do Governo no período de 1983 à 1989 apenas através das declarações acostadas às fls. 31/35, meras *provas documentadas* que, por não substituírem as *provas documentais*, não servem como meio de comprovação de direito líquido e certo. 5. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao Agravo de instrumento para tornar sem efeitos a decisão vergastada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de instrumento nº 184072-8, em sessão realizada no dia 10 de dezembro de 2009, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em rejeitar a prefacial de prescrição, e, ainda de forma unânime, em dar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 16 de dezembro de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães -- Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

**Agravo de Instrumento nº 184072-8 – Comarca de Amaraji****Agravante:** Município de Amaraji**Agravada:** Maria das Graças de Melo**RELATÓRIO**

Adoto como relatório o da decisão interlocutória de fls. 162/164, acrescentando apenas que fora deferido o efeito excepcional requestado, no sentido de suspender o ato praticado pela autoridade coatora que excluiu do salário da agravada a gratificação referente ao cargo de Chefe de Gabinete do Governo, no montante de R\$ 1.429,00 (um mil, quatrocentos e vinte e nove reais).

Contrarrazões às fls. 183/184, onde se pugna pela manutenção da decisão agravada.

A douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 188/189, opinando pelo provimento do recurso.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 23 de novembro de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



134

162
MB

GABINETE DO DESEMBARGADOR

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 184072-8 – Comarca de Amaraji
Agravante: Município de Amaraji
Agravada: Maria das Graças de Melo

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Trata-se de Agravo de instrumento pugnando pela suspensividade da decisão interlocutória proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 403.2009.000057-4, que, concedendo a liminar pleiteada, determinou a suspensão do ato praticado pela autoridade coatora que excluiu do salário da agravada a gratificação referente ao cargo de Chefe de Gabinete do Governo, no montante de R\$ 1.429,00 (um mil, quatrocentos e vinte e nove reais).

Em suas razões, de fls. 02/13, o agravante aponta preliminar de ilegitimidade passiva, e, no mérito, aduz a ocorrência da prescrição do fundo de direito da impetrante, sob o argumento de que entre a data da publicação do ato concessivo da aposentadoria e do protocolo da ação decorreram mais de 10 (dez) anos.

Assevera, ainda, que a ora agravada não logrou comprovar o preenchimento de todos os requisitos legais previstos para a concessão do benefício pleiteado.

Feito o sucinto relato e observando, em juízo de admissibilidade, que o presente agravo de instrumento atende às disposições contidas nos arts. 522 e 525 do CPC, passo a decidir.

De proêmio, observo que não merece guarida a arguição de ocorrência da prescrição do próprio fundo de direito da agravada, haja vista que, no caso em comento, está-se diante de relação jurídica de trato sucessivo, onde o prazo prescricional se renova mês a mês, razão pela qual não ocorreu a prescrição do próprio fundo de direito da recorrida, mas apenas das parcelas não compreendidas no quinquênio



anterior à propositura da ação, conforme dispõem as Súmulas nº 85 do STJ e 443 do STF.

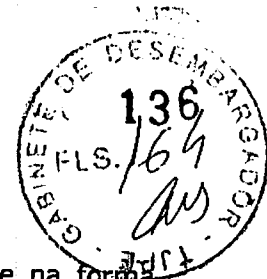
No mais, destaque-se que o cerne da questão em apreço cinge-se quanto à possibilidade de restabelecimento em favor da ex-servidora pública municipal ora agravada de gratificação incorporada em sua aposentadoria, a título de estabilidade financeira, por meio da Portaria nº 546/2008 e que teria sido ilegalmente suprimida por meio de ato irregular da autoridade apontada como coatora.

Primeiramente, insta ressaltar que o instituto da estabilidade financeira estende-se unicamente aos servidores públicos efetivos, isto é, aos ocupantes de cargos de provimento através de concurso público, não sendo possível sua concessão aos possuidores de cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração.

Sendo assim, a agravada não parece fazer jus ao aludido benefício, porquanto, de acordo com os autos, a mesma não era titular de cargo efetivo no período em que supostamente teria exercido a função comissionada de Chefe de Gabinete do Governo, requisito este imprescindível à concessão da pretendida estabilidade.

Corroborando o entendimento por ora adotado, a jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça, conforme aresto adiante ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. ESTABILIDADE FINANCEIRA. SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO. AUSÊNCIA DE DIREITO. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. AMBAS AS PARTES APELARAM. UNANIMEMENTE, DEU-SE PROVIMENTO AO APELO INTERPOSTO PELO MUNICÍPIO, PARA QUE SEJA REFORMADA A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. 1- A matéria em questão versa sobre verbas salariais pleiteadas relativas à estabilidade financeira, em face do município de Ferreiros, que foram julgadas procedentes; 2- A estabilidade financeira somente é garantida a servidores públicos titulares de cargos efetivos, não podendo ser concedida aos ocupantes de cargos comissionados que não possuem vínculo efetivo com a administração pública; 3- Porém, em momento algum, a servidora possuiu cargo de cunho efetivo, vindo a consegui-lo, somente, através do concurso público realizado no dia 13 de junho de 1999, como consta na portaria nº 215/99, a qual a nomeou, em caráter efetivo, para exercer a função de Auxiliar Administrativo em 1º de julho de 1999, após exoneração do cargo comissionado; 4- Todavia, o fato de o servidor não efetivo, posteriormente, ter prestado concurso público e ter sido devidamente empossado em cargo de provimento efetivo, não leva à conclusão de que o tempo que exerceu outros cargos, em comissão, deva ser computado para fins de recebimento da referida estabilidade; 5- Apelo ao qual se dá provimento, à unanimidade, para que seja reformada a decisão a quo, no sentido de julgar improcedente o pedido da parte autora, tendo em vista que a mesma não faz jus à estabilidade requerida. 6- determino ainda a inversão dos ônus sucumbenciais para condenar a parte autora no pagamento os honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, observando-se, contudo, os ditames do art. 12



da Lei 1060/50, na qual a parte sucumbente que for pobre na forma desta lei é beneficiada pela isenção desse pagamento enquanto não puder fazê-lo, sem prejuízo do seu sustento.7- Torna-se, assim, ociosa a discussão tangente ao apelo interposto pela parte demandante, vez que a mesma requereu a estabilidade financeira em 100% (cem por cento) sobre o valor do seu salário base à época em que exercia o cargo em comissão. O acolhimento do recurso municipal induz, a fortiori, o desprovisionamento da apelação interposta pela autora (AC 166352-3, Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 7CC, DJ 4/11/2008).

Ademais, é de se destacar que não parece ter ficado devidamente comprovada na ação mandamental originária a situação que configura lesão ao direito líquido e certo invocado, uma vez que, além de não constarem nos autos as cópias da lei municipal que disciplina a estabilidade financeira e do alegado ato irregular que determinou a supressão da gratificação, a impetrante pretende provar que exerceu o cargo de Chefe de Gabinete do Governo no período de 1983 à 1989 apenas através das declarações acostadas às fls. 31/35, *meras provas documentadas* que, por não substituírem as *provas documentais*, não servem como meio de comprovação de direito líquido e certo.

Neste particular, ensina Leonardo José Carneiro da Cunha, em sua obra *A Fazenda Pública em Juízo*, 2008, p. 391, que *"um documento que contenha a declaração testemunhal antecipada comprova, apenas, a declaração, e não o fato declarado, não servindo como meio de demonstrar o direito líquido e certo"*.

Ante o exposto, verificando, ao menos neste juízo de cognição sumária, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos legais elencados no art. 558, do CPC, defiro o pedido excepcional requestado pelo agravante, no sentido de suspender os efeitos da decisão vergastada até ulterior deliberação.

Oficie-se o juízo de origem acerca do conteúdo da presente decisão, dispensando-o de prestar outras informações.

Intime-se a parte agravada para, querendo, responder ao presente recurso no prazo legal, após, encaminhe-se ao Ministério Público para os fins de direito.

P e I.

Recife, 13 de abril de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 184072-8 – Comarca de Amaraji

Agravante: Município de Amaraji

Agravada: Maria das Graças de Melo

VOTO DA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

Não merece guarida a arguição de ocorrência da prescrição do próprio fundo de direito da agravada, haja vista que, no caso em comento, está-se diante de relação jurídica de trato sucessivo, onde o prazo prescricional se renova mês a mês, razão pela qual devem ser consideradas prescritas apenas as parcelas não compreendidas no quinquênio anterior à propositura da ação, conforme dispõem as Súmulas nº 85 do STJ e 443 do STF.

Ante o exposto, voto pela rejeição da preliminar suscitada.

Recife, 10 de 12 de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 184072-8 – Comarca de Amaraji

Agravante: Município de Amaraji

Agravada: Maria das Graças de Melo

VOTO

O cerne da questão em apreço cinge-se quanto à possibilidade de restabelecimento em favor da ex-servidora pública municipal ora agravada de gratificação incorporada em sua aposentadoria, a título de estabilidade financeira, por meio da Portaria nº 546/2008 e que teria sido ilegalmente suprimida por meio de ato irregular da autoridade apontada como coatora.

O instituto da estabilidade financeira, como já dito na decisão interlocutória anteriormente proferida, estende-se unicamente aos servidores públicos efetivos, isto é, aos ocupantes de cargos de provimento através de concurso público, não sendo possível sua concessão aos possuidores de cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração.

Desta feita, tendo em vista que a pretensão da impetrante, ora agravada, consiste no restabelecimento de gratificação de estabilidade financeira relativa ao exercício de cargo comissionado de Chefe de Gabinete no período de 1983 até 1989, verifico que o Registro de Empregados acostado às fls. 140v/141 termina por corroborar a tese de que a mesma não faz jus ao aludido benefício, porquanto consta em tal documento que o seu ingresso no quadro de pessoal efetivo da edilidade se deu apenas em 30 de julho de 1986, o que nos leva a entender que a recorrida almeja computar o tempo em que ainda não era servidora efetiva para fins de percepção da vantagem.

Ademais, é de se destacar que não ficou devidamente comprovada na ação mandamental originária a situação que configura lesão ao direito líquido e certo invocado, uma vez que, além de não constarem nos autos as cópias da Lei Municipal que disciplina a estabilidade financeira e do alegado ato irregular que determinou a supressão da gratificação, a impetrante pretende provar que exerceu



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

o cargo de Chefe de Gabinete do Governo no período de 1983 à 1989 apenas através das declarações acostadas às fls. 31/35, meras *provas documentadas* que, por não substituírem as *provas documentais*, não servem como meio de comprovação de direito líquido e certo.

Neste particular, ensina Leonardo José Carneiro da Cunha, em sua obra *A Fazenda Pública em Juízo*, 2008, p. 391, que "um documento que contenha a declaração testemunhal antecipada comprova, apenas, a declaração, e não o fato declarado, não servindo como meio de demonstrar o direito líquido e certo".

Assim, em face do exposto, voto pelo provimento do presente recurso de Agravo de Instrumento, no sentido de tornar sem efeitos a decisão fustigada.

É como voto.

Recife 10 de 12 de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator